



A Santa Sé

**DISCURSO DO PAPA JOÃO PAULO II
AO SENHOR YAHYA ALI MOHAMED AL-ABIAD
NOVO EMBAIXADOR DO IÊMEN
JUNTO DA SANTA SÉ POR OCASIÃO
DA APRESENTAÇÃO DA CARTAS CREDENCIAIS***

27 de Maio de 2004

Excelência

É com prazer que lhe dou as boas-vindas ao Vaticano, no momento em que Vossa Excelência apresenta as Cartas Credenciais, através das quais é designado Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República do Iêmen junto da Santa Sé. Estou-lhe reconhecido pelas cordiais saudações que me transmitiu da parte do Presidente, Sua Excelência o Senhor Ali Abdallah Saleh.

Retribuo calorosamente, assegurando ao Governo e aos cidadãos da sua Nação as minhas orações pela paz e pela prosperidade da sua Pátria. Formulo votos ardentes a fim de que a amizade que se desenvolveu ao longo dos últimos anos entre a República do Iêmen e a Santa Sé consiga ser aprofundada ainda mais e se caracterize por ulteriores sinais de confiança e respeito recíprocos.

Estou grato pelas observações que Vossa Excelência fez, em reconhecimento dos esforços indefessos da Santa Sé, em ordem a promover o diálogo como instrumento de paz e de resolução dos conflitos no Médio Oriente e noutras regiões deste nosso mundo, tão agitado. Sem dúvida, a Igreja compartilha a aspiração do Iêmen, de alicerçar os fundamentos sólidos da paz sobre princípios morais que encontrem a sua nascente na dignidade fundamental de cada pessoa humana, como dom de Deus. Com efeito, a actividade da Santa Sé na arena internacional deriva da sua visão específica da pessoa humana, assim como da sua convicção de que, quando a mesma é espezinhada ou abandonada, o próprio fundamento da sociedade humana passa a ser ameaçado.

Esta perspectiva de desenvolvimento exige um ulterior progresso da liberdade, através do reconhecimento político do dever de oferecer uma garantia aos direitos humanos. E não menos importantes, dentre estes direitos, são: a liberdade da prática religiosa autêntica; a possibilidade de edificar e conservar lugares de culto, inclusivamente para as minorias

religiosas; a participação activa de todos os cidadãos na vida cívica democrática; e o acesso à educação.

Contra o pano de fundo da tragédia humana da tirania e da guerra, para as nações manifestou-se a oportunidade na realidade, o dever de construir a paz duradoura a que a família humana aspira (cf. *Mensagem para o Dia Mundial da Paz de 2004*, Introdução). Isto exige a convicção firme de que a paz é possível, de que ela pode ser ensinada e salvaguardada e que qualquer actividade levada a cabo por simples indivíduos ou por grupos, que seja contrária à paz, é inaceitável (cf. *ibid.*, nn. 4-5). Os recentes esforços positivos, realizados por parte do seu Governo, em vista de erradicar o mal perpetuado por determinados grupos terroristas, foram justamente reconhecidos pela comunidade internacional. Tais iniciativas são passos positivos e necessários rumo à edificação de uma civilização de amor, em que todos os povos possam sentir-se seguros e viver em paz.

Desde a unificação entre o lêmén do Norte e o lêmén do Sul, ocorrida há quase quinze anos, o seu governo introduziu vários programas com a finalidade de melhorar o padrão de vida dos cidadãos.

O desenvolvimento autêntico exige um plano coordenado de progresso nacional, que honre as aspirações legítimas de todos os sectores da sociedade e pelas quais os líderes políticos e civis podem considerar-se responsáveis. Com efeito, a história humana ensina-nos constantemente que, se quisermos que tais programas realizem mudanças positivas e duradouras, eles devem fundamentar-se na prática de um governo transparente, acompanhada de um importante sistema jurídico, da liberdade política e de uma vigorosa imprensa independente. Sem estes fundamentos, comuns para todas as sociedades civilizadas, a esperança do progresso, a que cada ser humano justamente aspira, permaneceria uma ilusão. Por este motivo, em numerosas ocasiões recordei que todas as formas de corrupção constituem um flagelo que ofende a dignidade inviolável de cada pessoa, enquanto paralisa o progresso social, económico e cultural das nações.

Senhor Embaixador, foi com gosto que tomei conhecimento dos compromissos assumidos pela sua Nação, em prol das gerações mais jovens e da criação de oportunidades educativas para as mesmas. Efectivamente, o Estado tem o dever de assegurar que todos os seus cidadãos tenham acesso a uma educação adequada e sejam preparados para o exercício oportuno dos seus direitos e deveres. Lá onde as escolas, os institutos de formação e as universidades funcionam a nível profissional e são servidos por indivíduos dotados de integridade pessoal e de amor pelo saber, há esperança para a nação e, sobretudo, para os seus jovens. A educação é um instrumento altamente eficaz para interromper o ciclo da pobreza, que ainda atinge um número demasiado elevado de famílias no mundo de hoje e está a ser cada vez mais reconhecida pela comunidade internacional como a via-mestra para a paz. Através da ciência e da socialização adquiridas mediante a escolarização, os jovens e as jovens de todos os estratos da sociedade são integrados na vida cívica da nação e, desta maneira, podem ter a satisfação de contribuir para a mesma.

No seu serviço à família humana, a Igreja católica está preparada para ir ao encontro de todos os membros da sociedade iemenita, sem qualquer tipo de distinção, lutando juntamente com eles pela promoção dos valores que são comuns de todos os povos: a paz e a justiça. A solidariedade e a liberdade. A sua missão caritativa, particularmente em benefício dos pobres e das pessoas que sofrem, faz parte do seu "compromisso na caridade prática e concreta por todos os seres humanos" (*Novo millennio ineunte*, 49) e já é muito estimada no seu País. Enquanto a Igreja tem o desejo de contribuir ainda mais amplamente para os programas de desenvolvimento humano delineados pela sua

Nação, há que recordar também que a caridade cristã é sempre muito mais do que uma simples ajuda humanitária. Para a Igreja católica, os seus actos de caridade estão intimamente vinculados à celebração da Eucaristia, de onde ela haure o poder espiritual, necessário para sustentar a vida do seu povo e para cumprir a missão que lhe é própria. Por este motivo, é particularmente importante que a comunidade católica na República do Iêmen receba a autorização como já foi prometido para a construção de uma igreja e de um centro de pastoral em Sana e que, em Aden, lhe seja devolvida a sua propriedade.

Excelência, estou convicto de que a sua missão diplomática, que hoje tem início, fortalecerá ulteriormente os laços de compreensão e de cooperação já existentes entre o Iêmen e a Santa Sé. Asseguro-lhe que os vários Departamentos da Cúria Romana estarão disponíveis para o assistir no cumprimento dos seus deveres. Com os meus sinceros bons votos, invoco sobre o Senhor Embaixador, a sua família e todo o povo do Iêmen, as abundantes bênçãos divinas.

**L'Osservatore Romano* 2004 n. 24 pp. 4, 9.

© Copyright 2004 - Libreria Editrice Vaticana

Copyright © Dicastero per la Comunicazione - Libreria Editrice Vaticana